

CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES FRENTE AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.

CONTRIBUTIONS OF CONTINUED TEACHER EDUCATION IN THE FACE OF AUTISM SPECTRUM DISORDER.

Raissa Maria Aragão da SILVA¹

Resumo: A inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um grande desafio na atualidade. No âmbito da educação infantil encontramos docentes que nunca viveram ou tiveram experiência em sala com alunos com (TEA). Esses docentes ao se enxergarem nessa realidade se sentem inseguros para conduzir ações que auxiliam no desenvolvimento e na inclusão desses alunos. Nesse contexto o presente artigo busca identificar os benefícios que a formação continuada do docente traz para a inclusão e o desenvolvimento do educando com Transtorno do Espectro Autista – (TEA). A pesquisa é exploratória de caráter qualitativo em que foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário com perguntas abertas, aplicado aos docentes. Também foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa indicou que embora a formação continuada traga aprendizagens significativas na vida e no desenvolvimento do educando com (TEA), é preciso uma articulação entre práticas do Estado, instituições de ensino, profissionais de educação e pais, visando sempre o desenvolvimento e a evolução do educando.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Formação Continuada. Docente. Educação Infantil. Inclusão.

Abstract: The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) is a great challenge nowadays. In early childhood education we find teachers who have never lived or had experience in a classroom with students with ASD. These teachers, seeing themselves in this reality, feel insecure to conduct actions that help in the development and inclusion of these students. In this context, this article seeks to identify the benefits that the continuing education of teachers brings to the inclusion and development of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). This is an exploratory, qualitative research in which a questionnaire with open questions was used as a research instrument, applied to the teachers. A documentary and bibliographic research was also used. The research indicated that although continuing education brings significant learning in the life and development of the student with ASD, it is necessary an articulation between practices of the State, educational institutions, education professionals and parents, always aiming at the development and evolution of the student.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder. Continuing Education. Docente. Educação Infantil. Inclusion.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo geral identificar as contribuições que a formação continuada do docente traz para a inclusão e o desenvolvimento do educando com

¹Especialista em Educação Infantil e Letramento pela Faculdade Metropolitana de São Paulo- FAMEE/ SP. E-mail: raissaaragoas@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0610-2994>

<https://doi.org/10.36311/2358-8845.2021.v8n1.p71-82>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

Transtorno do Espectro Autista – (TEA). Os objetivos específicos pautaram-se em: verificar se os docentes da educação infantil têm formação específica para a inclusão escolar de alunos com TEA; conhecer o suporte dado pelas instituições para os docentes se inserirem na formação continuada; e identificar os principais desafios do educador frente aos alunos com (TEA).

A proposta para a elaboração deste artigo surgiu a partir da realização de estágio não obrigatório do curso de Pedagogia, realizado em uma rede privada de ensino na etapa da educação infantil. As experiências vivenciadas com um aluno com (TEA) durante o estágio instigaram a várias reflexões, sendo uma delas: a dificuldade de se promover a inclusão quando não se tem o conhecimento específico.

A metodologia utilizada para abordagem do tema foi à pesquisa exploratória de caráter qualitativo. Como instrumento de pesquisa utilizou-se um questionário com perguntas abertas buscando conhecer todo o universo que os educandos com (TEA) na educação infantil estão inseridos. Na pesquisa também foi utilizada a pesquisa documental e bibliográfica.

O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): ASPECTOS CONCEITUAIS

A partir do 5º Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V), o Autismo passou a ser classificado como Transtorno do Espectro Autista- TEA. Para o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos mentais:

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (DSM-V, p. 75)

É importante lembrar que somente na 5ª edição do DSM-V o termo Transtorno do Espectro Autista – (TEA) surgiu, englobando a Síndrome de Asperger; o Autismo Infantil; o Transtorno Desintegrativo; o Autismo Atípico e a Síndrome de Rett, que nos manuais anteriores eram analisadas como diagnósticos separados. Assim, atualmente uma única classificação diagnóstica é possível para englobar as variações das manifestações que caracterizam os déficits do transtorno. O DSM-V também dividiu o transtorno em níveis que vão do 01 ao 03, analisando cada caso e buscando estratégias de intervenção que se encaixam no nível do paciente/educando.

Segundo Gaiato (2019, p.19) estudos feitos pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças, órgão Americano, mostraram que o autismo afeta atualmente, 1 em cada 59 crianças. Assim Gaiato (2019, p. 19) acredita que: “Se considerarmos que a rede pública de ensino do Brasil atende cerca de 37 milhões de alunos (MEC, 2015), pode-se dizer que cerca de 600 mil crianças e adolescentes apresentam alguns dos sintomas do (TEA), e isso apenas nas escolas públicas”.

No âmbito educacional, alunos com (TEA) são bem resistentes a mudança na rotina, alguns não conseguem manter um diálogo longo, muitas vezes mostrando-se irritados e

chorosos. Outros repetem com frequência comportamentos inadequados, porém muitas vezes esses comportamentos indevidos são ações que os alunos com (TEA) não conseguem controlar.

É importante ressaltar que a condição do (TEA) ocorre em todos os espaços da sociedade e não faz distinção a raça, religião, cor e situação socioeconômica. Desse modo o transtorno integra as características da pessoa que o tem, logo essas características não podem ser abandonadas por força de vontade ou imposição de outra pessoa, no âmbito social. No entanto, a modulação dos déficits pode ser modificada por aprendizagem, se novos comportamentos forem ensinados.

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM (TEA) NA EDUCAÇÃO INFANTIL ARTICULADA A FORMAÇÃO CONTINUADA DO DOCENTE

No âmbito das políticas de inclusão da criança com (TEA) na educação infantil, é fundamental falar da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva (PNEE). A (PNEE) é elaborada em um contexto de lutas e em prol de ganhos para a inclusão e garantia de direitos da pessoa com deficiência, sendo uma ação política, cultural, social e pedagógica, frente à necessidade de confrontar práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las.

A Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) na perspectiva da educação inclusão (Portaria nº 555/2007) foi homologada em 2008 e é um documento que visa orientar as ações das políticas públicas voltadas para a educação especial. Seus objetivos são:

Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p.14)

Nesse contexto é importante destacar que a (PNEE) se refere aos alunos com (TEA) como alunos com transtornos globais do desenvolvimento.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN nº 9394/96 (BRASIL, 1996) em seu art. 4º inc. III, a educação especial será ofertada preferencialmente na rede regular de ensino. Assim o atendimento em classe especializada só será feito quando não houver condições para a integração do educando nas classes regulares. Desse modo o acesso das crianças com TEA se dá nas classes regulares, começando com a educação infantil, onde se desenvolve as bases necessárias para a construção de seu conhecimento e desenvolvimento integral (social, motor, afetivo, intelectual).

Quando pensamos em formação continuada, Libâneo (2004) nos faz refletir sobre uma formação que necessita fazer parte do contexto escolar, dos desafios que o educador busca intervir e mediar. É necessário entender a formação continuada como parte de um processo

que visa à melhoria na qualidade de ensino, uma formação permanente no processo de aprendizagem, tendo em vista que novos desafios surgem constantemente.

Para Brites e Brites (2019, p.135):

O ambiente escolar é um espaço que simula, em muitos aspectos, a nossa sociedade, com suas imposições, rotinas, horários, oportunidades constante de interação social (imitação, compartilhamento, reciprocidade, atenção social), treino de frustrações, aquisição de diversos tipos de linguagens, hierarquias, processos de ensino- aprendizagem, leitura, escrita e matemática, e atividades físicas com estimulação motora espacial. Enfim, tudo que um autista precisa, e ir pra escola é uma grande oportunidade de ele se desenvolver globalmente. (BRITES; BRITES, 2019, p. 135)

A rotina escolar permite aos educandos com autismo a superação de suas limitações, que diante das ações e práticas realizadas diariamente pelo docente e pela equipe escolar contribuem com os avanços de seu desenvolvimento. Porém, diariamente as práticas de toda equipe escolar e principalmente do docente, precisam ser mudadas conforme a necessidade de cada aluno com TEA. Brites e Brites (2019) explicam que por essas crianças apresentarem interesses e preferências que nascem com elas, um novo ambiente, novas cores, formas, pessoas, barulhos, rotinas e espaços, podem ser extremamente agressivos a crianças autistas.

Observa-se então que por demonstrarem essas dificuldades, é comum as crianças com TEA se negarem a permanecer em sala e até mesmo na escola, e uma grande estratégia utilizada é permitir que os pais ou cuidadores permaneçam um tempo no local para adaptação. Quando falamos em inclusão no TEA, também estamos falando de ações que visem à igualdade a socialização e um processo de capacitação e aprendizagem de igualdade.

Brites e Brites (2019) afirmam que:

Os profissionais da escola, sejam da área de gestão ou da sala de aula, devem conhecer e entender sobre o autismo e assumir- juntos e como uma verdadeira equipe- uma postura de compreensão, em que cada um de cada área dará o seu melhor para promover o trabalho e as habilidades do outro. (BRITES; BRITES, 2019, p. 142).

Pelos motivos citados, é vital que o docente compreenda que o trabalho multidisciplinar é fundamental e faz parte de processo de novos conhecimentos, pois quando articulamos nossas práticas e ações com uma rede integrada de profissionais e de toda a comunidade escolar, temos mais probabilidade de termos sucesso nos resultados que são almejados. Trabalhar em equipe requer uma longa aprendizagem, uma perspectiva aberta para o que seja o processo de ensino no TEA, respeitando as diferentes realidades.

MATERIAL E MÉTODO

A presente pesquisa foi exploratória de caráter qualitativo. A pesquisa exploratória segundo Gil (2008, p. 41) “proporciona maior familiaridade com o problema apresentado”. Essa pesquisa pode envolver levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Para Demo (1995) a pesquisa qualitativa, leva esse nome por ser uma atividade científica pela qual se descobre a realidade, sem focar em quantidade. Foi utilizado como instrumento de pesquisa um questionário. Segundo Freitas e Prodanov (2013, p. 108):

[o] questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções que expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem a importância e a necessidade das respostas, a fim de motivar o informante (FREITAS; PRODANOV, 2013, p. 108)

Foi utilizada também a pesquisa documental e bibliográfica. Segundo Malheiros (2010) *apud* Gil (2008):

[] a pesquisa documental é muito parecida com a bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Além de analisar os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.), existem também aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações, como relatórios de empresas, tabelas etc. (MALHEIROS (2010) *apud* GIL, 2008, p. 45)

Após a aplicação do questionário os dados foram levantados e por meio das respostas das participantes buscou-se analisar a pesquisa de forma reflexiva. O questionário foi entregue para duas pedagogas da rede privada de ensino que atuam na educação infantil e duas pedagogas da rede pública, uma atuante na educação especial e outra na educação infantil, buscando analisar e comparar as respostas das docentes em todo o contexto que o TEA está inserido. Desse modo as perguntas contidas no questionário virão seguidas das respostas das docentes. Conforme informado no TCLE assinado pelas participantes, as informações pessoais são sigilosas e serão usadas apenas para os fins dessa pesquisa. Dessa forma as professoras serão mencionadas na pesquisa como A e B para as docentes da rede pública, e C e D para as da rede privada de ensino.

O perfil das participantes está descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Perfil dos participantes

Identificação do docente	Idade	Formação Acadêmica	Tempo de Atuação	Rede de Ensino
Docente A	30	Pós-Graduada	08 anos	Rede pública
Docente B	32	Pós-Graduada	06 anos	Rede Pública
Docente C	25	Pós-Graduada em aprendizagem cognitiva mediada	03 anos	Rede Particular
Docente D	39	Licenciada em Pedagogia	14 anos	Rede Particular

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observa-se que o tempo médio de atuação entre as docentes é de 04 anos. Das quatro docentes, três são pós-graduadas e uma é graduada. Vale ressaltar que as participantes responderam o questionário com base em suas experiências na educação infantil.

Na primeira pergunta, as participantes responderam **acerca da sua prática docente com alunos com TEA**. Você já trabalhou ou trabalha com alunos autistas? Como foi/ é essa experiência?

Quadro 2 – Prática docente.

Docente A	Sim. Trabalho em um Centro de Ensino Especial, em atendimento a alunos diagnosticados com TEA.
Docente B	No início foi um pouco complicado, pois o estudante foi diagnosticado após meu encaminhamento, a família foi resistente. Aos poucos, conseguimos desenvolver algumas habilidades e estabelecer uma rotina para favorecer a socialização com os pais e o aprendizado.
Docente C	Em dois momentos pontuais em minha atuação trabalhei com estudantes autistas. O primeiro contato iniciou em meu estágio remunerado, devido ao meu cargo, compartilhei com a professora a minha percepção sobre o estudante, mas não houve atitude da docente em relação à observação. No ano seguinte virei professora regente da turma, devido a minha preocupação, chamei a família para um diálogo, fui surpreendida, pois os responsáveis já tinham iniciado o processo de investigação. Contribuí no preenchimento do relatório, depois de um tempo veio o laudo. Diante desse caso, resalto a importância de um olhar cuidadoso da professora regente. A experiência com ele foi incrível, pois todo o dia observava a evolução dele diante das interferências. Atualmente estou em minha segunda vivência com estudantes autistas, acompanho dois estudantes com TEA e novamente resalto que na realização desse trabalho é necessário conhecer o estudante em sua individualidade, pois cada caso tem suas especificidades.
Docente D	Trabalhei dois anos seguidos. Foi uma experiência de muito aprendizado e descobertas, sendo desafiador esse processo em que a aceitação dos pais também foi difícil.

Fonte: Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Nos relatos é possível observar que todas as docentes já trabalharam ou vivenciaram experiências com crianças com TEA. Percebe-se também que das 4 docentes, três tiveram experiências nas classes regulares, fortalecendo o art. 4º inc. III, da (LDBEN) que aponta a educação especial como sendo ofertada preferencialmente na rede regular de ensino.

Quando questionadas sobre o **conhecimento acerca do TEA (pergunta 02)**, percebe-se que as docentes tiveram um primeiro contato com o assunto na graduação em pedagogia, porém sentiram a necessidade de buscarem outros meios e fontes para melhor entendimento do assunto, principalmente em meio à prática diária com alunos no Espectro. As docentes A, B e C exploraram a possibilidade oferecida pela formação continuada, oferecida nas instituições educacionais, para especializar a sua atuação profissional. A docente C assume uma posição mais passiva, se comparada com as demais. Isso demarca dois fenômenos que ocorrem no processo de institucionalização da Educação Inclusiva: de um lado, as indicações oferecidas pela instituição educacional e, de outro, as ações dos sujeitos.

Quadro 3 – Conhecimento acerca do (TEA).

Docente A	Cursando Pedagogia, em uma disciplina voltada para área de Educação Especial, fui apresentada a minha vocação e a área de interesse dentro do sistema educacional, eu mergulhei na disciplina, fiz vários cursos, o meu TCC foi voltado também para essa temática e desde então, eu sempre busco especializações, seminários, simpósios sobre o tema.
Docente B	Na faculdade, sempre gostei da psicologia da aprendizagem. E desde então isso tem favorecido minha prática pedagógica. Além disso, busco sempre me atualizar através dos cursos que são ministrados pela Secretaria de Educação.
Docente C	Ao longo da minha formação comecei a ouvir sobre o Transtorno do Espectro Autista, mas não foi um conhecimento aprofundado.
Docente D	A partir do momento em que se tornou difícil a adaptação e convivência do mesmo no âmbito escolar. Necessitou-se buscar ajuda por meio de pesquisas na internet, sites e blogs de especialistas, realizando a leitura de livros e criando ferramentas que possibilitassem o desenvolvimento de aprendizagem significativa para o aluno.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Quando questionadas sobre **a prática de formação continuada (pergunta 03)** foi possível notar que as profissionais têm ciência da importância de estarem se atualizando e buscando novos conhecimentos e acreditam que essa deve ser uma prática de todos os envolvidos no processo de ensino. Sendo assim, entendem que a formação continuada necessita estar articulada com a formação inicial, uma vez que os conhecimentos estão em constante mudança. Nesse contexto podemos trazer o pensamento de Brites e Brites (2019) quando diz que:

Os profissionais da escola, sejam da área de gestão ou da sala de aula, devem conhecer e entender sobre o autismo e assumir- juntos e como uma verdadeira equipe- uma postura de compreensão, em que cada um de cada área dará o seu melhor para promover o trabalho e as habilidades do outro. (BRITES; BRITES, 2019, p. 142).

Seria necessário fazer um parágrafo que relacione a citação com o quadro 4. Precisa de coesão.

Quadro 4 – Prática da formação continuada.

Docente A	Sempre. Nesta área é primordial está atualizada as novas temáticas, nomenclaturas, estudos, estratégias. As trocas são essenciais e enriquecedoras.
------------------	---

Docente C	Atualmente faço MBA em aprendizagem cognitiva mediada, sempre busco artigos e livros para auxiliar na minha atuação. Pretendo fazer o curso de ABA. Quando falamos de inclusão, muitas pessoas tendem a “cobrar” uma formação aprofundada apenas de professores e coordenadora, mas todos os profissionais devem estar preparados para acolher bem o estudante.
Docente D	Darei início no semestre seguinte - Pós-graduação em Neuropsicopedagogia para ajudar não só as crianças com TEA, como outras demandas em sala de aula.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Sobre as **dificuldades enfrentadas pelas docentes na prática diária e na inclusão dos alunos com TEA (pergunta 04)** e sobre a **estrutura da instituição para a inclusão dos alunos com TEA (pergunta 08)**, nota-se que embora tenhamos avançado em relação á inclusão, muitas são as dificuldades enfrentadas na prática. A falta de suporte, infraestrutura e a parceria com algumas famílias foram às dificuldades mais citadas. Os problemas de infraestrutura foram relatados tanto pelas professoras da rede pública de ensino quanto da rede privada. Vejamos os relatos das docentes:

Quadro 5 – A inclusão dos alunos com (TEA).

Docente A	No meu ponto de vista, um dos grandes dificultadores, de fato, é o entendimento sobre a inclusão. O sistema nos oferece uma integração, disfarçada de inclusão. Incluir vai muito além de simplesmente inseri-lo no sistema, esta ação será significativa quando a escola estiver preparada para atender todos os seus alunos, em suas especificidades, sem prejuízos a nenhuma das partes, vale ressaltar que estruturalmente, fisicamente e profissionalmente ainda há muito que se fazer. De um lado lidamos com a falta de uma estrutura mínima para receber estes alunos, do outro lidamos com a falta de interesse em se especializar de alguns profissionais.
Docente C	Não posso negar que a inclusão passa por um processo de evolução, mas a mesma é lenta. Cada instituição tem uma particularidade diferente, mas na maioria das vezes o ponto de maior dificuldade é uma sala numerosa, sem um profissional de apoio para mediar com o estudante. Outro aspecto que pode ser levantado é a falta de formação dos profissionais. Os educandos possuem uma professora para fazer as adaptações necessárias, buscando que a inclusão seja efetiva. Possuem direito a uma prova assistida, ou seja, que oferece mais tempo na realização, uma professora disponível para tirar dúvidas e um local silencioso.
Docente D	A falta de um suporte, conhecimento, parceria entre família e escola e conseguir envolver o aluno nas atividades propostas, pois não é tudo que lhe atrai. Em relação à estrutura a adaptação era feita de acordo com as necessidades do aluno.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

As docentes também foram questionadas sobre a **interação e conscientização dos colegas de classe com os alunos com TEA (perguntas 05 e 06)**. Foi possível identificar que elas compreendem a importância desse processo de interação, que contribui efetivamente com a inclusão, além de ensinar aos demais, em relação as temáticas: respeitar às diferenças, empatia, trabalho em equipe, e várias outras ações e valores que contribuem no desenvolvimento do educando enquanto ser humano com direitos e deveres.

Quadro 6 – Interação e conscientização dos colegas de classe.

Docente C	Busco sempre trabalhar de forma lúdica as diferenças existentes em sala, pois os valores devem ser abordados desde a educação infantil. Hoje vejo que as crianças conseguem demonstrar mais empatia e muitas vezes ajudam o colega com TEA.
Docente D	Embora não entendam muito bem a dificuldade do colega, procuro sempre trazer vídeos lúdicos e nos momentos da rodinha falar sobre as diferenças.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Quando foi mencionado sobre a **oferta de formação continuada por parte da instituição de ensino que as docentes lecionam(pergunta 07)**, observa-se que na rede pública de ensino as oportunidades e a oferta são feitas de forma mais efetiva, possibilitando ao docente que tenha essa formação dentro do seu contexto escolar e da prática vivenciada. Já na rede privada é possível perceber uma certa dificuldade da docente, embora seja possível ver com base nas outras respostas que ela buscou essa formação continuada por conta própria.

Quadro 7 – Oferta de formação continuada por parte das instituições de ensino.

Docente A	A formação é ofertada pela EAPE (Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação), e são dois cursos por ano. E dentro do CEE nós temos os grupos de estudos. Mesmo se tratando de um Centro de Ensino Especial, ainda há muito que fazer para atender adequadamente todos os alunos envolvidos.
Docente C	A escola oferece formações quinzenais para todos os profissionais, trazendo sempre temáticas que envolvem a rotina e os laudos atendidos na escola. As formações são formuladas com bases em metodologias ativas, por esse motivo existe uma grande troca de experiências.
Docente D	No âmbito do TEA a instituição de ensino não ofereceu e nem oferece. Por vezes busquei ajuda e me senti desamparada e sem apoio diante das dificuldades enfrentadas diariamente com o aluno autista, uma vez que o mesmo era agressivo.

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2019.

Quanto aos **possíveis comportamentos dos alunos com TEA (pergunta 09)**, percebe-se que as docentes reconhecem que cada aluno com TEA é único e pode apresentar

características diferentes, porém no geral, citaram algumas características que observaram está presente na maioria dos alunos autistas, sendo elas: dificuldade de interação, apego ou fissura a determinados objetos ou assuntos, comportamentos gestuais repetitivos e dificuldades na mudança de rotina.

Em relação à parceria com a família (pergunta 10), é possível observar que embora ainda tenha pais que sejam resistentes ao diagnóstico, muitos pais são participativos e buscam estabelecer uma parceria efetiva com a escola. Aqui é importante destacar que assim como as crianças com TEA, as famílias também apresentam particularidades diferentes e a instituição de ensino precisa mediar suas práticas com base nessas diferenças de contextos familiares.

Quadro 8 – Parceria com a família.

Docente A	Alguns pais são extremamente colaborativos e participativos, outros só vão à escola em reunião, quando vão. A rede de apoio em várias situações acaba sendo a própria equipe escolar.
Docente C	No início do ano os pais fizeram questão de marcar uma reunião com todos os profissionais que atendem os educandos externamente. Ao longo do ano a família está sempre presente e contribuindo no processo.
Docente D	Uma das maiores dificuldades foi à aceitação da família e parceria. Permaneciam resistentes quando eram convocados na escola.

Fonte: Os autores

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo é possível concluir que embora a formação continuada do professor possa contribuir com aprendizagens significativas na vida e no desenvolvimento do educando com (TEA) na educação infantil, é preciso que as práticas inclusivas estejam articuladas com as diversas instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, com as diferentes famílias e com todos os profissionais atuantes no âmbito escolar.

Deduz-se também que a inclusão da criança com (TEA) no contexto escolar não se pauta apenas nas práticas do docente, pois embora tenhamos avançados no contexto das políticas de inclusão, muitas são as dificuldades enfrentadas na prática para de fato efetivar essa inclusão, como: a falta de suporte, infraestrutura e a parceria com algumas famílias.

Foi possível compreender também que essa formação necessita fazer parte da realidade em que o docente e o educando estão inseridos. Das vivências e desafios que o educador busca mediar e intervir.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**: – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível online em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC; SEEP; 2008. Publicação online, acessada em 01 de abril de 2020. Disponível online em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 Acesso em: 10 de novembro 2019.
- BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, MEC/SEF, 1998. Vol. II. 85 p.
- BRITES, Luciana; BRITES, Clay. **Mentes únicas**. – São Paulo: Editora Gente, 2019. 192 p.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995. 122 p.
- DSM- IV: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, Editora Artes Médicas, Porto Alegre, 2002.
- EDUCAÇÃO, Ministério. **Formação de professores será norteada pelas regras da BNCC**. 2018. Publicação online, acessada em 15 de março de 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/211-noticias/218175739/72141-formacao-de-professores-sera-norteada-pelas-regras-da-bncc?Itemid=164>. Acesso em: 22 de agosto de 2019.
- GAIATO, Mayra. S.O.S autismo: **guia completo para entender o transtorno do espectro autista**. 2. Ed/ Mayra Gaiato. - São Paulo: nVersos, 2019. 155 p.
- GAIATO, Mayra; TEIXEIRA, Gustavo. **O rezinho autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis**. – São Paulo. Ed. nVersos, 2019, 109 p.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LDB – **Leis de diretrizes e bases**. Lei nº 9.394. 1996. Publicação online, acessada em 10 de dezembro de 2019. Disponível online em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein>. Acesso em: 22 de agosto de 2019.
- MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: **métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. Ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- ROMERO, Priscila. **O aluno autista: avaliação, inclusão e mediação**. 2. Ed. Rio de Janeiro, Ed. Wak. 2018. 100 p.
- TEIXEIRA, Gustavo. **Manual do autismo**. 7. ed. – Rio de Janeiro: Ed. BestSeller. 2019. 96 p.

